

VISÃO DO CORREIO

Cidadão está por conta própria contra o crime organizado

Levantamento da Confederação Nacional de Municípios (CNM), divulgado segunda-feira, mostra que o tráfico atormenta mais de 80% das cidades do país. Um dado que, certamente, não surpreende ninguém — aliás, chama a atenção é que ainda tenha aproximadamente 20% de prefeituras que não consideram o avanço da droga uma ameaça. Mas a pesquisa não termina aí. Os percentuais restantes são cruéis: 77,2% dos municípios não contam com conselhos de políticas sobre drogas e 77,3% não têm plano de políticas sobre drogas.

O significado desses números deixa claro que o tráfico avança sem contenção. Os municípios são incapazes de freá-lo e, como a pesquisa também constata, têm pouco apoio dos governos estaduais e federal nessa tarefa. Pelo levantamento da CNM, cerca de 77% das prefeituras tiram dinheiro do próprio caixa. Recursos de transferências estaduais e de emendas parlamentares são percentuais insignificantes — 11,7% e 9,5%, respectivamente. Apenas 3% das prefeituras recebem alguma verba via Fundo Nacional Antidrogas (Funad).

Juntando tais números, constata-se: está escancarado o terreno para as organizações criminosas. Questão que, diga-se, não parece quererem enfrentar seriamente. Nas atuais campanhas presidencial e para governador, o tema foi tratado (quando foi!) da pior maneira: candidatos se perderam em platitudes, em propostas nada factíveis, em números inflados de um sucesso irreal, em sugestões de ineficientes aumentos de pena e em outras bobagens que não tranquilizam o cidadão-contribuinte-eleitor. Os aspirantes a cargos públicos desconsideram as pesquisas de opinião que há meses avisam: a segurança pública é, atualmente, a maior preocupação dos brasileiros.

Os números levantados pela CNM confirmam algo que o promotor do Ministério Público de São Paulo (MP-SP) Lincoln Gakiya há tempos alerta — o Brasil caminha para tornar-se um narcoestado. A Operação Carbono Oculto, da Polícia Federal, confirmou que o Primeiro Comando da Capital (PCC) utiliza a economia formal não apenas para branquear o dinheiro das atividades criminosas, mas, sobretudo, para obter a validação da sociedade. Ao integrar-se à institucionalidade — seja financiando influenciadores digitais; seja engordando fundos de investimento geridos na Faria Lima; seja aplicando em postos de combustíveis e linhas de ônibus na cidade de São Paulo —, conquista a aprovação de setores empresariais e políticos, que preferem a aliança ao confronto. Ou seja, o pragmatismo rebaixa-se ao cinismo.

Mas, nos municípios pequenos, essa convergência de interesses é impiedosa. São vários espalhados pelo país que tornaram-se entrepostos do crime. As organizações capturaram a política e a segurança local; manietaram a população, que em parte vira cúmplice e em parte testemunha dos desmandos. Os discursos eleitoreiros sobre recuperação de território controlados pelo tráfico excluem essas cidades, algumas delas em áreas metropolitanas das capitais.

A pesquisa da CNM traz números. Estarecemo-nos à vontade com eles. Porém, falta o componente político da equação. Segundo o promotor Lincoln Gakiya, o crime organizado avança, e muito, no vácuo deixado pelas divergências ideológicas. A visão de curto prazo e eleitoreira é uma grande aliada de facções e milícias, que, inclusive, financiam a manutenção do confronto entre visões opostas entre direita e esquerda.

Isso significa que estamos por conta própria contra o crime organizado, apesar dos esforços de alguns setores da sociedade.

CIDA BARBOSA
cidabarbosa.df@dabr.com.br

Um caminho na lei

Um bebê que nasceu com vida — como mostraram exames do IML —, mas que acabou morto e descartado em meio ao lixo, como se humano não fosse, como se nada valesse. Em seguida, incinerado, junto com os dejetos entre os quais foi colocado — numa circunstância ainda sob investigação.

O caso foi descoberto na sexta-feira, no Recanto das Emas, e a polícia apura o crime. Mas a história me fez lembrar como é frequente o assassinato de bebês indesejados logo após o nascimento ou o abandono deles em terrenos baldios, lixeiras, banheiros, calçadas, valetas, parques, canteiros de obras. Deixados para morrer, nem todos são encontrados e resgatados a tempo.

No ano passado, em Minas, um recém-nascido, abandonado em um lote vazio, foi mutilado por cães. Os animais arrancaram o pé esquerdo dele e parte da orelha. Socorrido por populares, foi levado ao hospital, onde médicos tiveram de amputar a perna esquerda e parte da direita. Ele morreu quatro dias depois.

O assassinato é uma barbárie por si só, mas o abandono também é um crime, que pode ter o mesmo desfecho: a morte de um ser humano indefeso — ou incapaz, como diz a lei.

Existe uma saída para as pessoas que não querem os bebês ou não se acham em condições de criá-los. Chama-se entrega voluntária e está prevista em lei. A criança pode ser colocada para adoção, sem que haja necessidade de se justificar o motivo. É um procedimento previsto no Artigo

13, Capítulo 1, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e regulamentado por resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). "A norma garante que a entrega seja feita de forma consciente, segura, sigilosa e acompanhada pelo Judiciário, sem caracterização de abandono ou crime", enfatiza o órgão.

A pessoa pode manifestar o interesse em entregar o bebê antes ou logo após o nascimento dele, sem ser punida ou constrangida de nenhuma forma. Basta procurar a Vara da Infância e Juventude, hospitais, maternidades, postos de saúde, Centros de Referência de Assistência Social (Cras), Centros de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), Defensoria Pública ou Ministério Público.

A decisão será mantida sob sigilo absoluto, se a pessoa assim desejar. Nem o pai da criança nem familiares serão informados. Dessa forma, é possível assegurar que a criança seja encaminhada para uma família adotiva em segurança e dentro da legalidade. O CNJ elaborou uma cartilha sobre o assunto com um tira-dúvidas, acessível no endereço www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2025/02/cartilha-entrega-voluntaria-adocao-profissionais-v4.pdf.

Os motivos são muitos para não querer um bebê, como falta de apoio da família ou do pai da criança, gravidez indesejada e baixa condição econômica, mas absolutamente nada justifica lançar mão de ardis para se livrar perversamente de quem não consegue se defender sozinho.



Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br. O Correio reserva-se o direito de resumir os textos enviados.

Jogo desleal

Embora não precise se afastar, o presidente-candidato continua sujeito a uma série de proibições e condutas vedadas pela Justiça Eleitoral para evitar o abuso de poder político e econômico. Ele não pode usar a estrutura do governo para fazer campanha, há restrições severas em publicidade institucional, proibição de inaugurar obras em determinados períodos, bem como a criação de programas sociais ou distribuir benefícios que possam influenciar os eleitores. Apesar das proibições, o presidente-candidato, para turbinar sua campanha, continua usando todo o aparato político e estatal, decretos, portarias, medidas provisórias e inaugurações, exclusivamente com fins eleitoreiros, em detrimento dos demais candidatos. É um jogo sujo e desleal. A Justiça Eleitoral está acompanhando esses movimentos?

» **Marcus A. Minervino**
Lago Sul

Fazer política

O peso do passado pode bloquear a potência transformadora do presente e acinzentar as perspectivas de futuro. O olho errante não apenas vê; ele vagueia pelo visível à procura do que se esconde. O exercício consciente do pensamento permite reconhecer os equívocos produzidos por uma vida conduzida sem exame crítico. Nesse sentido, a filosofia atua como instrumento de discernimento diante das escolhas e dos sofrimentos da existência. O tempo constitui um grande aliado no amadurecimento da reflexão. Poucos sentimentos, crenças ou comportamentos humanos resistem ao alcance da chacota corrosiva. Viver é aprender a conviver com o peso inevitável das coisas; fazer política é transformar a difícil presença do outro em possibilidade de vida comum. Uma sociedade também se desenvolve quando se alargam os horizontes daquilo que sua população pode desejar e projetar. O voto de confiança das "classes aspiracionais", expressão cunhada pela antropóloga Rosana Pinheiro-Machado, constitui um dos pilares da democracia brasileira, pois traduz a ampliação da capacidade dos segmentos populares de sonhar, formular aspirações e projetar novos horizontes de vida.

» **Marcos Fabrício**
Asa Norte

» correiobraziliense.com.br

Artigo

Daniel Guanaes, PhD em teologia pela Universidade de Aberdeen e psicólogo clínico, escreve sobre a relação entre saúde mental e espiritualidade no artigo *O valor da espiritualidade na prevenção ao suicídio*. Confira no site do **Correio**

Bloco de notas

O jornalista Carlos Alexandre de Souza analisa o clima acirrado entre candidatos na reta final do primeiro turno, com trocas de ofensas e cobrança de mais responsabilidade com o que se posta nas redes.

Aponte a câmera e confira o vídeo na íntegra

Vídeo

A jornalista Denise Rothenburg comenta a crise entre Flávio Bolsonaro e a CNBB após acusação, feita pelo presidencialvel, de que pessoas dentro da Conferência participaram da disseminação da notícia falsa sobre a padroeira.

Aponte a câmera e confira o vídeo na íntegra